

A Gestão da Paisagem na Planície Costeira dos Pampas Indissociabilidade entre Patrimônio Natural e Cultural no Parque Nacional da Lagoa do Peixe

SESSÃO TEMÁTICA: DIMENSÃO HISTÓRICA E PATRIMONIAL DO PROJETO, DO
PLANEJAMENTO E DA GESTÃO DA PAISAGEM

Guilherme Martins Meneguzzi
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
E-mail: guilherme.meneguzzi@ufrgs.br

Luisa Gertrudis Durán Rocca
Universidade Federal do Rio Grande do Sul
E-mail: luisa.duran@ufrgs.br

RESUMO

O Pampa enfrenta um processo acelerado de descaracterização ambiental e sofre com uma leitura cultural estereotipada que invisibiliza sua diversidade. Este artigo analisa a gestão da paisagem na planície costeira do Rio Grande do Sul, com foco no Parque Nacional da Lagoa do Peixe. O objetivo é demonstrar a indissociabilidade entre patrimônio natural e cultural como estratégia vital para o planejamento territorial frente ao avanço de monoculturas e às mudanças climáticas. A metodologia adota uma abordagem qualitativa, articulando a revisão bibliográfica sobre paisagem cultural (Sauer, Cosgrove) e *spiritu loci* (Delphim) com a análise de instrumentos legais, como a Convenção de Ramsar. Os resultados indicam que a gestão atual, focada prioritariamente na preservação biológica, apresenta lacunas na integração com as dimensões histórica e comunitária. Conclui-se que a aplicação de uma abordagem integral, baseada na museologia social, é essencial para reconciliar saberes tradicionais — como a pesca artesanal — com as políticas de conservação, garantindo uma gestão resiliente.

PALAVRAS-CHAVE: Ramsar; Zonas Úmidas; Pampa.

ABSTRACT

The Pampa faces an accelerated process of environmental degradation and suffers from a stereotyped cultural reading that renders its diversity invisible. This article analyzes landscape management on the coastal plain of Rio Grande do Sul, focusing on the Lagoa do Peixe National Park. The objective is to demonstrate the indissociability between natural and cultural heritage as a vital strategy for territorial planning in the face of advancing monocultures and the climate change. The methodology adopts a qualitative approach, articulating a bibliographic review on cultural landscape (Sauer, Cosgrove) and *spiritu loci* (Delphim) with the analysis of legal instruments, such as the Ramsar Convention. Results indicate that current management, primarily focused on biological preservation, presents gaps in integration with historical and community dimensions. It is concluded that the application of an integral approach, based on social museology, is essential to reconcile traditional knowledge — such as artisanal fishing — with conservation policies, ensuring resilient management.

KEYWORDS: Ramsar; Wetlands; Pampa.

1 A PAISAGEM EM DISPUTA

Do sul ao norte do Brasil há uma extensão continental composta por paisagens que atravessam territórios portadores de diferentes identidades, memórias e saberes. Nesse

campo, cabe ao arquiteto e urbanista (juntamente com outros profissionais) utilizar seu ofício eticamente a serviço do bem-estar humano e de outras formas de vida. Apesar da variedade da arquitetura das paisagens brasileiras, um elemento em comum as sustenta: as raízes. Na botânica¹, a raiz de uma planta a fixa num substrato; absorve água e nutrientes. Numa dimensão histórica e patrimonial, aspectos materiais e imateriais sustentam as paisagens formadas por jardins, parques, praças e sítios culturais. Não obstante, interesses insustentáveis põem em disputa o patrimônio formado pelas paisagens brasileiras.

Os interesses insustentáveis se manifestam – mas não se limitam – na utilização da tecnologia de maneira predatória e nefasta; produzem desertos verdes e aniquilam a biodiversidade. Consequentemente, instauram uma calamidade cultural. Nesse contexto, portanto, é necessário o abandono da ética antropocêntrica em favor da ética biocêntrica, numa direção que sinaliza a indivisibilidade entre as condições de saúde do solo, dos animais e do ser humano (LUTZENBERGER, 1980).

A paisagem do bioma Pampa detém uma área de 109,2 Mha, equivalente a 6,1% da América do Sul. O bioma ocupa 66% da Argentina, 16% do Uruguai e 18% do Brasil. Nessa escala transfronteiriça evidenciam-se padrões que se repetem e discussões oportunas para maximizar esforços em prol do projeto, do planejamento e da gestão da paisagem pampeana. As transformações observadas pelo MapBiomas (2024) Pampa Trinacional no período entre 1985 e 2022 são alarmantes. Os dados evidenciam a vegetação nativa em menos de 50% da área original. A agricultura e a silvicultura estão avançando e suprimindo a vegetação campestre cuja vocação para o manejo pastoril sustentável é desperdiçada. Dessa forma, há alternativas para que a gestão da paisagem proporcione a preservação juntamente com o desenvolvimento local.

No Pampa sul-americano, a maior perda proporcional ocorre no Brasil e equivale a 58 vezes a área de Porto Alegre. A Argentina detém a maior parte do Pampa e a maior perda absoluta: representa 182 vezes o tamanho de Buenos Aires. Enquanto o Uruguai se distingue por 1,2 milhão de hectares convertidos em silvicultura. Em qualquer dos casos, invariavelmente a alteração do uso do solo está associada, sobretudo, à monocultura de soja e ao plantio de espécies exóticas (como *Pinus spp.* e *Eucalyptus spp.*) com suas consequências destrutivas para a etnobiodiversidade (MAPBIOMAS, 2024), que é passível de ser desconhecida pelo *flâneur*² imerso nas cidades. São conhecidas, por outro lado, as consequências da degradação que o *Homo sapiens* inflige à natureza. Os efeitos da antropização na paisagem incluem a alteração da composição da atmosfera, a acidificação do solo e da água, redução da água potável disponível, entre outros processos que implicam a ultrapassagem da capacidade do planeta para regenerar recursos e resíduos. Assim, ilustra-se a escala de abrangência dos riscos.

¹ <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=ra%C3%ADz>

² Termo francês (com origem no ensaio "O Pintor da Vida Moderna" de Charles Baudelaire) para descrever o caminhante contemplativo na cidade que se mistura à multidão, rodeado das experiências e contradições da vida urbana no século XIX. Esse conceito ainda é utilizado no contexto da modernidade para designar um intenso explorador.

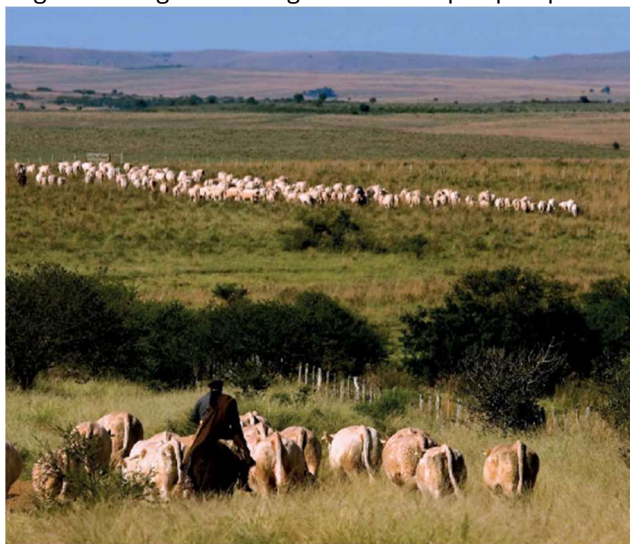
aos campos, apesar dos demais ecossistemas (como dunas, restingas, banhados e lagoas). Assim, o arquiteto e urbanista é capaz participar na gestão da paisagem ancorada em memórias nas quais a própria comunidade se reconhece.

2 A PAISAGEM COMO MEMÓRIA E A GESTÃO

A partir de Gilles Clément, pondera-se os Pampas sul-rio-grandenses como uma paisagem, que é “aquilo que guardamos na memória depois de termos parado de olhar; o que guardamos na memória depois de termos parado de exercer nossos sentidos no interior de um espaço que foi experimentado por nosso corpo” (CLÉMENT, 2024, p. 21). Esse ponto de partida direciona à abordagem holística mencionada. Com a memória como um eixo articulador da gestão do patrimônio, sugere-se o envolvimento de atores sociais como uma diretriz imprescindível para sobrepujar a exclusão de povos e comunidades tradicionais nos processos gestão participativa que afetam o cotidiano deles. Evocar a memória por meio de ferramentas que legitimam saberes tradicionais abre caminho para um giro epistemológico capaz de contribuir para uma gestão mais coerente da paisagem que é o próprio patrimônio, em alguma medida.

Nos Pampas, a continuidade visual (Figura 02) é um atributo marcante da morfologia que mantém a integridade da paisagem. Essa continuidade é tanto revestida materialmente na forma de monocultura quanto revestida simbolicamente de abstrações sobre a imensidão e força do território, ou do próprio do solo e do povo que nele habita. Com efeito, a etnobiodiversidade é um dos tipos de fios que tecem essa paisagem. Fazem parte desses fios as influências indígenas, lusas, hispânicas, alemãs e italianas, para citar algumas. Na junção as influências está o personagem símbolo do Rio Grande do Sul, o gaúcho.

Figura 02: O gaúcho e o gado nos campos pampeanos



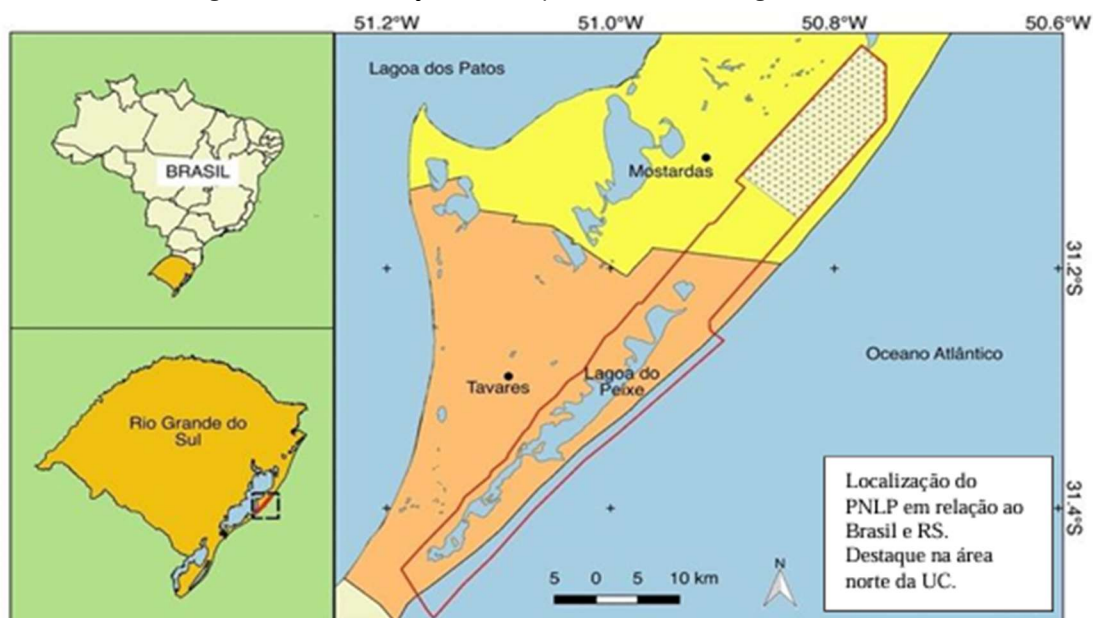
Fonte: Chomenko, Bencke e Becker, 2016.

Na intersecção indissociável entre a natureza do bioma e a cultura material e imaterial emerge o objeto de estudo deste artigo, que são os saberes tradicionais, sociais e culturais, responsáveis por atribuir significado e valor a objetos e a sítios (ICOMOS, 2024).

Em outras palavras, a natureza e a cultura são organizadas desta maneira com a finalidade de possibilitar a análise em categorias distintas, de onde é possível emergir uma diversidade latente dentro dos Pampas. Considera-se que o valor não é próprio do patrimônio, mas uma atribuição externa e subjetiva. Em suma, essas categorias de análise são essenciais para contextualizar os valores em torno do objeto de pesquisa.

Para estudo de caso delimita-se como lócus o Parque Nacional (PARNA) da Lagoa do Peixe (identificado pela linha traço-ponto laranja na Figura 03), uma representação singular do mosaico de ecossistemas dos Pampas nos municípios de Tavares e de Mostardas. Sujeito à alta vulnerabilidade dos corpos d'água, o PARNA – unidade de conservação (UC) criada em 1986 – detém o título de Sítio Ramsar atribuído pela Convenção homônima. Trata-se de um relevante reconhecimento e compromisso que a partir desse acordo multilateral permite a costura das dimensões natural e cultural para gestão da paisagem.

Figura 03 – Localização do Parque Nacional da Lagoa do Peixe



Fonte: Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, 2026.

A Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional, especialmente como Habitat de Aves Aquáticas, conhecida como Convenção de Ramsar, é um tratado internacional assinado na cidade de Ramsar (Irã) em 1971. Conta com a adesão de 172 Partes Contratantes, quase 90% dos estados-membros da ONU. Esta convenção foi assinada pelo Estado brasileiro em 1993. Para a verificação e a promoção da implementação desta Convenção, ela possui uma Conferência das Partes Contratantes. Todos esses países, com mais de 2 mil Sítios Ramsar e milhões de hectares em áreas reconhecidas formam uma rede propícia para a articulação de atores institucionais com grande poder de impactos na gestão das paisagens de zonas úmidas.

Os 27 Sítios Ramsar no Brasil totalizam 26.794.455 ha de áreas úmidas que adquiriram novo status não somente em nível nacional, mas para a humanidade. A Convenção de Ramsar desenvolve e mantém uma rede internacional de zonas úmidas essenciais para conservar a diversidade biológica global e para sustentar a vida humana por meio das

funções ecológicas e hidrológicas que desempenham. E os dispositivos do acordo multilateral incluem critérios para a valoração de elementos culturais. Enfim, para viabilizar o apoio da Convenção, as Partes contratantes podem acessar recursos para financiamento, rede de trabalho e reconhecimento por meio de algumas ferramentas:

- Fundo Áreas Úmidas para o Futuro;
- Programa de Comunicação, Educação, Participação e Sensibilização;
- Prêmio Ramsar;
- Cidades Amigas das Áreas Úmidas;

Destaca-se que além do PARNA Lagoa do Peixe (Figura 04), o Rio Grande do Sul possui outro Sítio Ramsar: a Estação Ecológica do Taim, no extremo sul. Há de se valorizar essas áreas, uma vez que nem todos os estados brasileiros – nem todos os biomas, como é o caso da Caatinga – possuem um Sítio Ramsar. Praticamente metade das designações de Sítios Ramsar no país foram feitas nos últimos 10 anos. Até hoje, apenas uma gestão política não fez nenhuma designação nova de Sítio Ramsar durante o período de quatro anos de governo. Todavia, mais importante do que novas designações é a efetivação da proteção dessas paisagens contra as vulnerabilidades das mudanças climáticas.

Figura 04: Lagoa e caíco (esquerda) e dunas (direita) no PARNA



Fonte: Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, 2025.

2.1 A Travessia Metodológica

O ponto de partida da metodologia foi uma revisão bibliográfica para uma abordagem qualitativa de fontes internacionais, nacionais e subnacionais, o que incluiu a pesquisa na Constituição, legislações, planos, inventários, convenções e planos diretores. Adicionalmente, foi feito o levantamento das produções acadêmicas com aspectos que possuem relação temática para demonstrar a pertinência da indissociabilidade entre natureza e cultura na planície costeira dos Pampas.

Adotou-se 2004 – ano de reconhecimento oficial do Pampa como bioma – para estabelecer um limite temporal para este mapeamento. As plataformas de pesquisa consultadas incluem as bases de dados e/ou repositórios institucionais de 6 universidades federais presentes no Rio Grande do Sul.

O critério dessas escolhas de plataformas é por sua relevância, no caso do SciELO e da CAPES, e por sua inserção no território dos Pampas, no caso dos demais repositórios institucionais. Foi mantida a classificação automática dos resultados por ordem de relevância e se optou por filtrar os artigos, as teses e as dissertações da área de ciências

sociais, onde este artigo está inserido. Essas predefinições são feitas com a finalidade de oferecer um panorama geral das produções locais.

No SciELO, por exemplo, do total de 358 produções encontradas para a pesquisa do termo pampa, são 10 resultados para a área de Ciências Sociais, o que equivale a uma fração quando se compara com as publicações das Ciências Biológicas (172) e das Ciências Agrárias (107). Nesta mesma plataforma há 35 publicações das Ciências Humanas, 29 publicações da área Multidisciplinar e 22 publicações das Ciências da Saúde. Ciências Exatas e da Terra; Linguística, Letras e Artes; e Engenharias são menos expressivas que Ciências Sociais.

A análise qualitativa aponta para um *status quo* que se prolonga quanto à inércia de regulamentação e implementação de políticas públicas e de instrumentos que congreguem os elementos da escala da paisagem em seu projeto, planejamento e gestão.

2.2 A Humanidade do Patrimônio

Um caso brasileiro se faz notoriamente exitoso na patrimonialização de paisagem a nível regional e com fortes interações com a natureza: a Chapada do Araripe, que em 2022 obteve do Conselho Estadual de Preservação do Patrimônio Cultural do Ceará (COEPA) parecer favorável para a Chancela Estadual de Paisagem Cultural Cearense³. Este bem abrange – integral ou parcialmente – 18 municípios do Ceará, sem contar os municípios da zona de amortecimento e as áreas dos estados Pernambuco e Piauí. Nesse sentido, Alemberg Quindins e Fabiano Piúba elucidam o processo de acautelamento que humanizou essa paisagem cultural.

Quindins explica o pedido de chancela intitulado “Patrimônio da Humanidade”, onde se transformou a preposição em verbo, indicando o “ofertar” da humanização como peça central para a consciência patrimonial. O autor ressalta ações e projetos como o curso de Arqueologia Inclusiva, a hospedagem na residência de moradores e a criação de museus orgânicos como parte da gestão compartilhada que uniu pessoas, mestres e instituições regionais e estaduais. Registra-se, portanto, um efeito prático da gestão da paisagem cultural para o desenvolvimento sustentável. Deste exemplo é pertinente a integração entre as riquezas culturais e naturais, o que remete às contribuições de Hugues de Varine (2012), baseadas na museologia social e no conceito de ecomuseu, por exemplo, onde os elementos-chave são o patrimônio, o território e a comunidade.

2.3 Razões para Agir

O painel⁴ do Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC) mostra um retrato no qual o bioma Pampa é o menos protegido dos biomas no escopo do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), uma informação recorrente nas pesquisas e nas notícias que corrobora para a vulnerabilidade dele e para o papel do cidadão e do Estado como guardiões dessa paisagem. Com isso, há mais um argumento para discutir problemáticas que suscitam a necessidade de criação de ferramentas para

³ <https://www.secult.ce.gov.br/2022/03/09/chapada-do-araripe-e-aprovada-como-paisagem-cultural-do-ceara-nesta-quarta-9/>

⁴ <https://cnuc.mma.gov.br/powerbi>

viabilizar a perenidade da paisagem pampeana, principalmente por estar na base de sustento de povos e de comunidades tradicionais que a preservam.

Na temporalidade mais recente, o dilema acerca das inundações, juntamente com o ordenamento territorial ineficaz, é um aspecto a ser abordado de maneira a coordenar intervenções conjuntas do poder público, da iniciativa privada e da sociedade civil. A longo prazo, os espaços monoculturais do campo (sejam eles silvicultura ou agropecuária intensiva) são outro desafio cujas mudanças requerem ações estruturais.

Com a Agenda 2030⁵ da Organização das Nações Unidas (ONU) e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) a ela vinculados há um apelo global para a implementação de ações ambiciosas e de forma interconectadas com distintos desafios no Brasil e no mundo. Este artigo se direciona ao ODS 6 (Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos), ODS 14 (Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável) e ao ODS 15 (Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade). Cada ODS se divide em outros objetivos, entre eles conservar pelo menos 10% das zonas costeiras e conservar, recuperar e usar sustentavelmente ecossistemas terrestres e de água doce interiores e seus serviços, em especial zonas úmidas. Logo, o impacto deste artigo pretende estimular reflexões que contribuam para projetos e ações no território – dos Pampas e do Parque Nacional da Lagoa do Peixe – que beneficiem as relações sociais com a natureza.

3 UMA PROPOSTA DE GESTÃO INTEGRADA

Na conjunção em que foi redigida a Carta de Bagé (2007) são expressamente declaradas as ameaças às quais as paisagens dos Pampas estão sujeitas: formas de uso altamente predatórias. No ambiente da fronteira foi destacado ainda que esses perigos se repetem nas paisagens argentinas e uruguaias. A Carta expõe que as paisagens são passíveis de operações de intervenção e de preservação, assim como outros bens. A museologia social dispõe, para essas operações, de conhecimentos sistematizados para integrar uma abordagem integral da comunidade e do território do PARNA. Sem impor uma fórmula ou uma regra, Varine (2012) compartilha experiências de atuação que se centralizam identificação de atores locais que devem decidir quais são seus patrimônios e como eles serão utilizados com a finalidade de servir ao desenvolvimento.

Com base na Declaração de Québec sobre a preservação do *spiritu loci*, do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS), Delphim enriquece a amplitude do espírito dos lugares com a descrição de paisagens que fazem parte do real e do imaginário. O espírito do lugar:

“é definido como os elementos tangíveis (edifícios, sítios, paisagens, rotas, objetos) e intangíveis (memórias, narrativas, documentos escritos, rituais, festivais, conhecimento

⁵ <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>

tradicional, valores, texturas, cores, odores, etc.) isto é, os elementos físicos e espirituais que dão sentido, emoção e mistério ao lugar.” (ICOMOS, 2008)

A Declaração é enfática na recomendação de que legislações e projetos relacionados ao patrimônio cultural devem considerar o espírito do lugar. Isso constitui tarefa árdua, uma vez que exige profissionais multidisciplinares e traz um conceito relativamente novo no campo. Por outro lado, é mais um entendimento que incorpora os saberes de povos tradicionais, especialmente grupos minoritários, tanto nativos quanto recém-chegados. (DELPHIM, 2010). A museologia social e o espírito do lugar possuem a virtude de possibilitar a integração consciente de elementos tangíveis e intangíveis sem restrições.

Em âmbito internacional, Corrêa (2014) explica que Carl Sauer e Denis Cosgrove construíram obras relevantes no século XX a partir da geografia cultural e histórica, que servem para outras disciplinas. Sauer aborda a paisagem como algo orgânico (ou quase) com forma, função e estrutura como elementos centrais da morfologia. Na paisagem Saueriana, o agente modelador da paisagem natural é a cultura. Em contrapartida, Cosgrove, sob influência de John Ruskin, algumas décadas depois, estuda a paisagem sujeita ao simbolismo e como representação estética das relações entre vida humana e natureza. Seja em Sauer ou em Cosgrove, existe a dimensão do ser humano que molda a paisagem e é uma força potencial para a destruição ou a preservação, literal ou simbólica.

Para Leonardo Castriota (2013), a paisagem cultural oferece um entendimento ampliado da relação entre o homem e o meio ambiente, direcionando a discussão para planos integrados de intervenções, nos quais se busca abarcar aspectos que por vezes eram pensados de forma isolada ou ignorada. Ele ilustra o ponto de vista com o caso da cidade do Serro, em Minas Gerais, onde Delphim propôs intervenções paisagísticas já em 2000 neste local, que foi o primeiro conjunto urbano tombado nacionalmente pelo então Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em 1938. Castriota relaciona os perigos da descaracterização dessa paisagem justamente aos fatores ligados à agricultura, que é atividade de grande importância para o município. Assim, o plano para a preservação deste patrimônio reconcilia os saberes tradicionais e outras qualidades locais para o desenvolvimento sustentável.

No trabalho de campo foi constatada empiricamente uma coesão social potente para unir a temporalidade e a espacialidade da paisagem do Parque Nacional da Lagoa do Peixe. A pesca do camarão-rosa, atividade econômica de subsistência da população tradicional, é uma evidência disso. Esse saber tradicional utiliza a técnica conhecida popularmente como “aviãozinho” e antecede a criação do PARNA. Inicialmente foi alvo de disputas entre o órgão administrador da época (IBAMA⁶) e os pescadores. Segundo a Lei nº 9.985/2000, não são permitidas atividades produtivas dentro de unidades de conservação do tipo Proteção Integral. Em 2019, após vários anos, um Termo de Compromisso foi firmado entre o ICMBio⁷ e os pescadores tradicionais. Atualmente parece haver um consenso do esforço conjunto dos servidores públicos e dos pescadores no monitoramento para que a pesca ocorra somente em condições adequadas. Mais de 200 pescadores estão cadastrados, entre eles, alguns monitores que colaboram para que as regras de ordenamento dos

⁶ Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

⁷ Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

recursos naturais sejam seguidas. Este Termo de Compromisso não deve ser visto apenas como uma concessão legal, mas como uma ferramenta de planejamento da paisagem que reconhece o pescador como parte integrante do ecossistema.

A pesquisa não encontrou nenhuma informação expressa sobre a utilização das ferramentas de financiamento, rede de trabalho e reconhecimento mencionadas previamente, seja no Parque Nacional da Lagoa do Peixe ou em outros Sítios Ramsar. Porém, ações e parcerias independentes dos recursos oficiais foram identificadas. Elas estão relacionadas à inclusão da temática das zonas úmidas na educação, a participação das comunidades tradicionais no conselho gestor e criação de campanhas de mídia. Ações como essas estão marcadas temporalmente por um período em que há uma articulação da administração do PARNA com escolas locais e com instituições como Save Brasil e Nature Canada, que promovem a formação de novos atores protagonistas na gestão democrática da paisagem. As experiências de atores sociais infanto juvenis dentro do PARNA criam memórias marcantes e atitudes de cuidado para com a paisagem. As duas instituições viabilizam parcerias que apoiam o forte atributo do PARNA como lar temporário ou permanente de aves, acolhendo a avifauna proveniente do hemisfério norte e de outras partes da América do Sul.

No campo do turismo, profissionais e amadores observadores de aves vindo de outras partes do Brasil e do mundo qualificam o impacto local ao evidenciar os valores desse Sítio Ramsar. Nesse contexto turístico, registra-se que o PARNA não possui nenhuma infraestrutura de apoio dentro dos limites da unidade de conservação. A infraestrutura disponível limita-se ao Centro de Visitantes localizado na praça central de Mostardas. O Centro de Visitantes dispõe de uma maquete do PARNA, uma exposição fotográfica de longa duração sobre o litoral norte do RS, cartazes informativos sobre as características da biodiversidade, exemplares de peixes, crustáceos e ossos da fauna local (Figura 05). O ICMBio não possui servidor dos campos da museologia e do patrimônio, nem foi em momentos anteriores objeto de ações vinculadas diretamente a esses campos. Logo, esse espaço possui potencial de qualificação museal para enriquecer a experiência da comunidade local e turística ao propor a valorização da memória, dos saberes tradicionais e da etnobiodiversidade.

Figura 05: Ossos de animais (à esquerda) e peixes/camarões (à direita)



Fonte: Autor, 2025.

Na pesquisa qualitativa, outras referências culturais que evidenciam a indissociabilidade foram encontradas, entre elas as influências açorianas e quilombolas que estão na origem da formação da paisagem da planície costeira dos Pampas. A delimitação deste artigo não permitiu abordar detalhadamente os bens materiais e imateriais do patrimônio dessas culturas. O que se observou, de qualquer forma, é que existe uma integração sociocultural respeitosa e que promove os diferentes bens e as diversas memórias tradicionais que beneficiam o desenvolvimento local.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas análises documentais e no trabalho de campo, entende-se que a travessia pelo Parque Nacional da Lagoa do Peixe evidencia as interseções históricas e patrimoniais de uma paisagem potente e vulnerável na planície costeira dos Pampas. O espírito do lugar envolve desde as crianças até os adultos. Entretanto, mesmo com uma melhoria das relações sociais e na gestão nos últimos anos, essa paisagem da não está livre da degradação antrópica e das mudanças climáticas.

Os diversos trabalhos realizados dentro do contexto do bioma não deixam dúvidas da contribuição das Ciências Biológicas e Agrárias. Tendo isso em vista, a patrimonialização é aqui sugerida como um novo vetor para ações de preservação e de conservação da cultura e da natureza indissociadas. A museologia social, portanto, é um meio para integrar o território, o patrimônio e a comunidade como atores protagonistas na gestão dessa paisagem, o que torna o ambiente dinâmico, vivo e com possibilidades de melhoria da qualidade de vida.

Diante desse cenário, o artigo aponta como próximo passo a elaboração participativa de diretrizes para uma intervenção museológica que traduza a história local e que vislumbre um futuro biodiverso e inclusivo para essa porção da paisagem dos Pampas no Parque Nacional da Lagoa do Peixe.

REFERÊNCIAS

CARTA DE BAGÉ: Carta da Paisagem Cultural. Bagé, 2007. Documento avulso não publicado.

CASTRIOTA, Leonardo. **Paisagem cultural**: novas perspectivas para o patrimônio. Arqutextos, São Paulo, ano 14, n. 162.02, Vitruvius, nov. 2013. Disponível em <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arqutextos/14.162/4960>. Acesso em: 21 jun. 2024.

CHOMENKO, Luiza; BENCKE, Glayson Ariel; BECKER, Adriano (org.). **Nosso Pampa Desconhecido**. Porto Alegre: Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul, 2016. 208 p. Disponível em: <https://www.sema.rs.gov.br/upload/arquivos/201708/25130950-nosso-pampa-desconhecido.pdf>. Acesso em: 09 set. 2025.

CORRÊA, Roberto Lobato. DENIS COSGROVE – A PAISAGEM E AS IMAGENS. **Espaço e Cultura**, [S. l.], n. 29, p. 7–21, 2011. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/espacoecultura/article/view/3528>. Acesso em: 21 jun. 2024.

CORRÊA, Roberto Lobato. Carl Sauer e Denis Cosgrove: a Paisagem e o Passado. **Espaço Aberto**, Rio de Janeiro, Brasil, v. 4, n. 1, p. 37–46, 2014. DOI: 10.36403/espacoaberto.2014.2431. Disponível em:

<https://revistas.ufrj.br/index.php/EspacoAberto/article/view/2431>. Acesso em: 15 fev. 2025.

CLÉMENT, Gilles. **Jardins, paisagem e gênio natural**: aulas inaugurais do Collège de France. Rio de Janeiro: [s. l.], 2023. Edição e Tradução de: Ana Rosa de Oliveira.

FERREIRA, Clarissa. **Gauchismo Líquido**: reflexões contemporâneas sobre a cultura do rio grande do sul. Porto Alegre: Coragem, 2021.

DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. O espírito da paisagem. **Revista Brasileira de Horticultura Ornamental**, [S.L.], v. 16, n. 1, p. 31-33, 9 jun. 2010. Lepidus Tecnologia. <http://dx.doi.org/10.14295/rbho.v16i1>. Disponível em: <https://ornamentalthorticulture.com.br/rbho/issue/view/78>. Acesso em: 25 abr. 2026.

INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES (ICOMOS). **Declaração de Québec**. Disponível em: https://www.icomos.org/images/DOCUMENTS/Charters/GA16_Quebec_Declaration_Final_PT.pdf. Acesso em: 15 fev. 2025.

INTERNATIONAL COUNCIL ON MONUMENTS AND SITES (ICOMOS). **Carta internacional y directrices de sítios con patrimônio cultural imaterial**. Ouro Preto, 2024. Disponível em: <https://openarchive.icomos.org/id/eprint/3366/>. Acesso em: 05 jul. 2025.

PROJETO MAPBIOMAS. **Colección 4 de Cobertura y uso del suelo MAPBIOMAS PAMPA 1985 - 2023**. Disponível em: https://pampa.mapbiomas.org/wp-content/uploads/sites/9/2024/12/Factsheet_Pampa_C4_13.12_v3.pdf. Acesso em: 5 jul. 2025.

PROJETO MAPBIOMAS. **Coleção 9 da Série Anual de Mapas de Cobertura e Uso da Terra do Brasil**. Disponível em: <https://mapbiomas.org>. Acesso em: 5 jul. 2025.

VARINE, Hugues de. **As Raízes do Futuro**: O Patrimônio a Serviço do Desenvolvimento Local. Porto Alegre: Medianiz, 2012